
Integrando o subsistema de resposta social: uma análise crítica da mídia com foco no Agronegócio e nos Direitos Indígenas¹

Mônica Machado Carneiro²

Resumo

Este artigo busca analisar o conteúdo de publicações com foco no Agronegócio e nos Direitos Indígenas, a partir da observação de três produções: a série especial Proprietários da Mídia no Brasil, publicação do jornal Le Monde Diplomatique que traz resultados do Monitoramento da Propriedade da Mídia realizado pelo Intervezes em parceria com a organização Repórteres Sem Fronteiras; o Observatório do Agronegócio no Brasil De Olho nos Ruralistas; e a rede social Mídia Índia, coletivo independente de comunicadores indígenas formado durante o ano de 2017 na mobilização nacional indígena - Acampamento Terra Livre. A metodologia de análise de conteúdo será utilizada com objetivos comparativos, a fim de se verificar os pontos de aproximação entre os conteúdos trabalhados nos dispositivos sociais destacados e a teoria de resposta social de Braga (2006).

PALAVRAS-CHAVE: Resposta Social; crítica de mídia; Agronegócio; Direitos Indígenas.

Introdução

O objetivo do presente artigo, que parte do pressuposto elaborado pela teoria do sistema de resposta social proposta pelo professor José Luiz Braga (2006) de que uma esfera pública midiática exige, como pré-requisito, um forte sistema de crítica da própria mídia, é fazer uma observação exploratória das notícias publicadas pelos dispositivos sociais selecionados, no intuito de verificar até que ponto a mídia encontra-se entre os focos principais e identificar as análises realizadas na cobertura, pensando-se nas possibilidades de correção de distorções produtivas, tensionamentos e no consequente fortalecimento das competências do usuário possibilitadas pelos dispositivos críticos em análise.

A questão agrária em relação com os direitos originários indígenas no Brasil está longe de ser pacificada. Após cinco séculos de invasão, genocídio, colonização,

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação e Desenvolvimento Regional e Local, XIX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestranda do Programa de Pós Graduação em Comunicação e Cidadania da Universidade Federal de Goiás.

escravidão, esbulho territorial, políticas de integração, confinamento, deslocamento populacional e concentração fundiária, e três décadas de aprovação da Constituição Federal de 1988, que enfim reconhece aos índios o direito à diferença, a viver segundo seus usos, costumes e tradições e, o principal, o direito originário ao usufruto exclusivo de suas terras tradicionais, o Estado brasileiro segue em absoluta omissão uma agenda colonial ininterrupta.

Partindo-se da premissa de que “a língua é um campo de forças sociais que nos moldam até as raízes” (EAGLETON, 1997, p. 116), a prática e a negociação com base na linguagem é um dos vetores dos campos de força da Modernidade/Colonialidade³.

Para a compreensão da questão indígena e das estratégias de negociação de identidades e territórios, cumpre destacar que, embora a materialidade representada pelas retomadas (mediante ocupações pacíficas) dos territórios ancestrais invadidos constitua um dos fatores de luta e tensionamento primordiais, a disputa pelos sentidos acerca da caracterização dos direitos indígenas segue como pauta política fundamental, movendo debates reinterpretaivos recorrentes por pressão dos setores do agronegócio e suas influências no judiciário, no legislativo, no executivo e nos meios de comunicação de massa.

Nesse sentido, ao se analisar a consolidação dos direitos de coletividades que são, a priori, “estrangeiras na própria terra” (BRINGUENTI, 2010), faz-se necessário avaliar como esses campos de força se constituem, em conjunto, naquilo que se entende por esfera pública midiática.

Diversos são os fóruns de debate em que as ações do mundo da vida se confrontam, onde as opiniões se entrecruzam e onde as práticas democráticas amadurecem. As matérias de interesse dos Povos Indígenas, não distintas, e embora raramente, também vazam dos gabinetes institucionais, dos sangrentos conflitos e das cortes judiciais e são trabalhadas pelos veículos de comunicação a partir de escolhas temáticas e narrativas próprias.

Em franco e aberto embate com o agronegócio há cinco séculos, as narrativas dos Povos Indígenas seguem subalternizadas nos meios de comunicação de massa. Por essa razão, foi criado o coletivo Mídia Índia, que possui, como um dos seus principais

³ Aqui se adota a concepção de modernidade como fenômeno histórico vinculado à história do colonialismo da América Latina a partir da invasão de 1492 e da classificação racial da população mundial como pré-condição à divisão internacional do trabalho e acumulação de capital, caracterização de sistema mundo moderno colonial capitalista de Aníbal Quijano (2005).

objetivos, segundo seu idealizador, o jornalista Erisvan Guajajara⁴ (2018), desconstruir a imagem indígena das mídias tradicionais, que negam a essas populações sua contemporaneidade absoluta ao indicar um “filtro da exotização, do folclore e, por vezes, ainda mais grave, da criminalização”.

É de conhecimento público o compromisso assumido pelo governo brasileiro com a agenda do Agronegócio, ainda em campanha, e as tentativas subsequentes de alterar as competências relativas à demarcação de Terras Indígenas, transferindo-as da Fundação Nacional do Índio ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); inviabilizar o funcionamento das instâncias de gestão compartilhada e controle social de políticas públicas, dentre as quais se incluem a Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI) e o Conselho Gestor da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (CG-PNGATI); retomar projetos integracionistas com foco na agricultura de larga escala em Terras Indígenas; inviabilizar o licenciamento ambiental e o direito à consulta prévia, livre e informada garantido pelos mecanismos internacionais de proteção quanto aos projetos de desenvolvimento que ocasionem impactos em terras e comunidades indígenas; além de pautar projetos autorizativos visando à mineração e ao arrendamento de Terras Indígenas e agendas da base evangélica do governo que visam ao proselitismo religioso e à criminalização de supostas “práticas culturais nocivas”.

Nesse contexto, partindo-se da base epistemológica que compreende o jornalismo e os demais processos e produtos da mídia como produtos e produtores de cultura, para além de buscar compreender de que forma o sistema de *produção* midiática se comporta com relação a essas temáticas, e além de se estudar e definir como ocorre a *recepção* social e individual, em diferentes níveis e processos, segundo critérios de edição prévios e específicos, é fundamental, conforme as conclusões desenvolvidas por Braga (2006) que, na análise de qualquer hipótese a respeito da constituição de uma esfera pública midiática, isto é, da existência de um debate social produtivo, aberto e plural sobre questões de relevância social por meio de processos midiáticos, se leve em conta a necessidade pretérita de uma efetiva existência de debate social igualmente produtivo, aberto e plural *sobre* os processos midiáticos.

O sistema de resposta social

⁴ Entrevista disponível em <https://imperatriznoticias.ufma.br/entrevistas/projeto-midia-india-da-voz-para-povos-indigenas-nas-redes-sociais/>

Na obra *A sociedade enfrenta sua mídia: Dispositivos sociais de crítica midiática*, Braga (2006) argumenta que a abrangência dos processos midiáticos na sociedade não se esgota nos subsistemas de produção e de recepção. Na realidade, perspectivas processuais muito mais flexíveis e complexas constituem os processos comunicativos, de forma que o dualismo entre mídia e sociedade calcado nas concepções tradicionais relacionais entre emissores e receptores encontra-se superado.

A hipótese do autor prescinde, portanto, de um redirecionamento que leve a visão informacional a uma visão decididamente comunicacional. Para ele, os processos bidirecionais ou multidimensionais não constituem um resultado do desenvolvimento de redes informatizadas, mas está presente desde as primeiras interações midiáticas, tendo em vista que a sociedade desde o princípio age e produz não somente com os meios de comunicação, mas também sobre os seus produtos, redirecionando-os e atribuindo-lhes sentido social. Inclusive, é partindo das práticas de uso que a sociedade desenvolve os objetivos e funções das tecnologias comunicacionais.

O terceiro sistema de processos midiáticos corresponde, então, a atividades de resposta produtiva e direcionadora da sociedade em interação com os produtos midiáticos, compondo seus processos organizados sobre a mídia e seus produtos e, assim, os modos como esses processos de interação social atuam e se articulam com os processos de produção e de recepção, eventualmente influenciando-os e tensionando-os.

É importante destacar que, para caracterização de processos sociais como sistemas, seus diferentes componentes, apesar da especificidade de ação de cada um, precisam possuir macro lógicas comuns. A visão sistêmica empregada pelo autor não corresponde, contudo, à institucionalização e normatividade formalizada, mas a um sistema mais conceptual do que físico. Ou seja, “não se tratam de ações sociais formalmente concertadas, e sim de processos que, independente de sua origem, autoria e instituição, realizam no contexto social uma mesma funcionalidade sistêmica, com similaridades básicas de comportamento e resultado” (BRAGA, 2006, p. 30).

Para explicar o conjunto de processos de fala sobre a mídia como sistema, Braga destaca as seguintes características: 1) Trata-se de um abrangente sistema de interações sociais sobre a mídia, dos quais os processos críticos e de retorno são parte; 2) Trata-se de um sistema de circulação diferida e difusa, capaz de fazer com que os sentidos midiaticamente produzidos possam impregnar e parcialmente direcionar a cultura, sendo a circulação interacional aqui referida diferente da circulação material e econômica, uma

vez que corresponde à movimentação social dos *sentidos* e estímulos produzidos inicialmente pela mídia; 3) Compreender o que a sociedade faz com sua mídia nesta perspectiva vai além de escolher e acolher segundo critérios e contextos culturais anteriores (recepção), e gera um trabalho social dinâmico: *respostas* que ocorrem após a recepção; 4) Trata-se de um sistema essencialmente processual, tendo em vista que não prescinde de uma estrutura formal e organizadora dos diversos dispositivos do sistema de resposta, mas sim da percepção de padrões culturais semelhantes em hábitos, tendências, lógicas e objetivos comuns; 5) A relação principal que permite falar em sistema e que é observável nos mais variados dispositivos de resposta social, sejam eles críticos ou não, ocorre entre setores da sociedade, por um lado, e ações e produtos da mídia, por outro.

Ao se organizar para tratar dos processos midiáticos e de seus produtos, a sociedade desenvolve dispositivos sociais com diferentes graus de organização e institucionalização. Entre eles, a partir de observações de campo, Braga (2006) destaca os seguintes subconjuntos: os dispositivos sociais de crítica; de retorno; de militância social; de controle da mídia; de sistematização de informações; de circulação comercial; de processos educacionais e formativos; e de processos de aprendizagem em público.

Isso aponta para uma característica relacional constitutiva dos subsistemas que compõem os processos comunicacionais, pois ao desenvolver dispositivos sociais de interação sobre a mídia, a sociedade complementa a midiática enquanto sistema produtivo, realizando operações de trabalho e de circulação comentada daquilo que é ofertado ao sistema de recepção.

Os diferentes objetivos e processos evidenciam, portanto, “que a sociedade não apenas sofre os aportes midiáticos, nem apenas resiste pontualmente a estes. Muito diversamente, se organiza como sociedade, para retrabalhar o que circula, ou melhor: para fazer circular, de modo necessariamente trabalhado, o que as mídias veiculam” (BRAGA, 2006, p. 39).

As críticas de mídia

Uma das partes desse subsistema é composta por processos e dispositivos sociais críticos em relação aos processos e produtos midiáticos. Segundo Braga (2006), a resposta social sobre a mídia (ou o conjunto de falas sobre a mídia) pode constituir um trabalho crítico desde que corresponda a algum (ou ambos) dos seguintes critérios: i) realizar o tensionamento dos processos e produtos midiáticos, gerando dinâmicas de mudança; e ii)

exercer um trabalho analítico-interpretativo, gerando esclarecimento e percepção ampliada.

São processos críticos, portanto, os que se voltam para os processos de produção midiática e seus produtos em enfrentamento tensional, ou

em controle de desvios e equívocos midiáticos, em aperfeiçoamentos qualitativos, na defesa de valores sociais, em aprendizagem e em socialização competentes, na fruição qualificada em termos reflexivos ou estéticos, em informação de retorno, redirecionadora dos produtos, em percepções qualificadas (BRAGA, 2006, p. 46).

Ao caracterizar a amplitude dos processos sociais de crítica de mídia, Braga conclui que seu alcance vai além dos trabalhos desenvolvidos pela crítica acadêmica e especializada, atuando nos mais diversificados espaços com o objetivo comum de alimentar o debate social sobre a mídia.

Silva e Soares (2016) apontam para ao menos três caminhos para um princípio de definição daquilo que pode ser chamado de crítica de mídia e de seus objetivos, incluindo entre eles as análises críticas de caráter acadêmico, a crítica especializada produzida pela própria mídia e a crítica que circula de forma dispersa pela sociedade, a exemplo das expressões espontâneas de leitores e receptores nas redes sociais.

Nesse contexto, apontam ainda para a potência metacrítica da mídia que pode ser encontrada tanto nos conteúdos da mídia alternativa e independente, quanto nos próprios aspectos formais de obras que propõem discursos críticos para além da oralidade e da textualidade, a partir de imagens. Em uma articulação entre as distintas possibilidades e demandas de crítica de mídia analisadas no *Grupo de Pesquisa Crítica de Mídias e Práticas Culturais da Universidade de São Paulo*, as autoras apontam para algumas instâncias e modalidades, dentre as quais destacamos, para a análise que se pretende no presente artigo, as seguintes: as críticas de mídia especializadas que circulam na própria mídia; a crítica de mídia como um gênero textual; as experiências metacríticas em termos de conteúdo e inovações estéticas e estilísticas veiculadas na própria mídia, que empreendem uma crítica não como uma análise sobre a mídia, mas no próprio fazer midiático; e as interações sociais dispersas e informais que ocorrem no caso da divulgação de notícias onde se confirma ou questiona fundamentos da produção midiática compartilhada.

A rede social Mídia Índia

Lançado formalmente em abril de 2017, na maior mobilização anual dos Povos Indígenas do país, o Acampamento Terra Livre (ATL), o Mídia Índia é um “um projeto de formação de uma rede de comunicação descentralizada que produz e difunde conteúdos e pautas próprios da questão indígena no Brasil, respeitando as especificidades de cada povo, partindo da lógica colaborativa de compartilhamento e de comunicação, conectando e empoderando jovens indígenas de todo o país” (GUAJAJARA, 2018).

Em análise de vinte postagens da rede social, realizadas entre os dias 24 de junho e 01 de julho, distribuídas abaixo, encontramos apenas uma publicação que se refere expressamente à mídia, sendo as demais focadas no compartilhamento de notícias e atividades que trazem como foco os conteúdos e temas trabalhados pelos Povos Indígenas em suas comunidades e ações políticas; e os direitos e interesses indígenas em debate nas instituições do país (legislativo e judiciário).

Temas e assuntos	Títulos e/ou descrição	Nº
Lançamentos do Mídia Índia	<p>Etnobiografia do líder Raoni Kayapó;</p> <p>Campanha de Sensibilização do Entorno da Terra Indígena do Rio Pindaré (Maranhão);</p> <p>Capacitação dos Guardiões Indígenas do Maranhão da Terra Indígena Awa Guajá em manuseio do uso de gps no celular;</p> <p>Início do último módulo do curso de extensão Rede de Defensores de Direitos Indígenas no Mato Grosso;</p> <p>Formação da primeira turma da Rede de Defensores de Direitos Indígenas no Mato Grosso;</p> <p>Câmara aprova ecocídio como crime;</p> <p>Presidente do Senado decide que demarcação de Terras Indígenas segue na Funai.</p>	7
Críticas de mídia	<p>Participação dos fundadores do Mídia Índia em um dos módulos do curso da Rede de Defensores dos Direitos Indígenas, realizado em Juína (MT). Os temas debatidos incluíram a visibilidade da luta e resistência indígena, o cuidado com a informação, a cautela na não criminalização das lideranças nas notícias e a segurança na rede.</p>	1

<p>Publicação comentada de outras mídias</p>	<p>Artista plástica, professora e índia: conheça Arissana Pataxó (Correio 24h);</p> <p>Estudantes Indígenas da UFT recebem bilhetes com ameaças: ‘vou tirar todos do meu caminho’ (G1);</p> <p>Indígenas Guarani Kaiowá fazem vigília em frente ao STF em defesa da demarcação de seu território (Conselho Indigenista Missionário – CIMI);</p> <p>#AoVivo Povos Indígenas, quilombolas e outros atingidos participam do debate da nova Lei de Licenciamento Ambiental na Câmara dos Deputados (Mídia Índia);</p> <p>Sônia Guajajara manda recado para Kim Kataguirí (Mídia Índia);</p> <p>Homem é condenado pelo assassinato de professor indígena (Aconteceu em Joinville);</p> <p>Mulheres indígenas debatem mudanças climáticas para garantir proteção territorial (Greenpeace Brasil);</p> <p>DJs indígenas militam em favor de igualdade racial e de gênero (O Globo);</p> <p>Construção coletiva da escola indígena na aldeia Kuaray Rexakã da Tenondé Porã, São Paulo (Catarse);</p> <p>Ameaça: Aquecimento e desmate podem cortar Amazônia pela metade em 2050 (Observatório do Clima);</p> <p>Sônia Guajajara: “Vamos mostrar ao mundo que esse governo está violando direitos” (De Olho nos Ruralistas);</p> <p>Secretário do CIMI denuncia governo Bolsonaro em sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU (Conselho Indigenista Missionário – CIMI)</p>	<p>12</p>
---	---	-----------

Depreende-se, da análise, que a rede social Mídia Índia compõe os três subsistemas constitutivos dos processos midiáticos, pois traz, ao mesmo tempo, importantes complementações ao sistema produtivo, conteúdos interpretativos locais e próprios em mediação aos produtos e processos midiáticos em recepção e, ainda, nos atos de seleção das temáticas e compartilhamento dos conteúdos comentados e trabalhados segundo os valores indígenas instituídos no debate em jogo, constitui uma ação social de fala sobre a mídia, ou seja, uma resposta.

Ainda que tenhamos observado somente uma publicação de fala direta sobre a mídia, o dispositivo social analisado pode ser considerado um dispositivo de crítica no próprio fazer midiático. Constituída inicialmente por dez jovens comunicadores indígenas espalhados por todas as regiões do país com o objetivo de realizar uma atividade de defesa de direitos e de correção das distorções do sistema produtivo das mídias tradicionais, a rede social Mídia Índia constitui-se como uma forma de organização dos Povos Indígenas não somente em enfrentamento pontual, mas em *ação social produtiva de resposta* e enfrentamento às produções coloniais das mídias hegemônicas.

Conforme a descrição de Braga, podemos, ainda, caracterizar a rede social como um dispositivo de militância, uma vez que constitui um processo de “crítica-ação, uso da mídia a serviço de posições e argumentos, atuação antimídia e/ou de direcionamento dos teores, dos temas e das posições, defesa de setores e posições sociais perante a mídia” (BRAGA, 2006, p. 38).

O Observatório do Agronegócio no Brasil: De Olho nos Ruralistas

Segundo descrição contida em uma de suas próprias notícias⁵, “no ar desde 2016, De Olho nos Ruralistas é um observatório jornalístico que faz contraponto à cobertura do agronegócio feita pela imprensa hegemônica, identificando os impactos sociais e ambientais desse modelo e dando voz a camponeses, indígenas, quilombolas, ambientalistas”.

Faz parte das pautas do Observatório a cobertura de temas relacionados à produção de comida e suas interfaces com a agricultura camponesa, a agroecologia, a política de agrotóxicos, a produção de orgânicos e os transgênicos; ao agronegócio (empresas brasileiras, empresas estrangeiras, latifundiários, políticas públicas e relações de trabalho); ao ambiente (Amazônia, cerrado, desmatamento e mudanças climáticas); além de conflitos envolvendo grilagem, Povos Indígenas, Quilombolas e Sem-Terras; análise crítica da mídia (De Olho na Imprensa) e política.

O projeto especial *De Olho no Paraguai* detalha, em 36 reportagens, quem são os brasileiros que controlam boa parte do território do país vizinho, responsável por uma verdadeira guerra contra camponeses e indígenas Guarani Kaiowá no lado paraguaio. No lado de cá, o projeto especial *De Olho no Mato Grosso do Sul* detalha o maior conflito do país envolvendo Povos Indígenas, o desaparecido genocídio em marcha dos também Guarani Kaiowá. Nele, são descritos os mecanismos que estão por trás da violência contra o Povo Indígena, a histórica omissão do Estado brasileiro na região, e todos os interesses em jogo – dos políticos, principais proprietários de terra no estado, às grandes empresas do agronegócio.

O site também produziu as séries *De Olho nas Dívidas* e *De Olho na Bancada Ruralista*, além de realizar a cobertura diária de assuntos relacionados ao tema. O boletim *De Olho na Resistência* apresenta as histórias de luta dos povos do campo em conflito com o Agronegócio.

⁵ Conteúdo disponível em : <https://deolhonosruralistas.com.br/2019/06/26/de-olho-nos-ruralistas-mostra-em-congresso-de-jornalistas-como-cobrir-o-agronegocio/>

Para o criador do Observatório, o jornalista Alceu Castilho⁶, “um dos problemas centrais da cobertura midiática é a invisibilidade dos contrapontos ao agronegócio”. Na avaliação de Castilho, “a imprensa costuma ficar distraída até quando a gente conta que um cunhado do Bolsonaro foi condenado, em setembro, por invadir terra quilombola. Ou quando revela que Fernando Henrique Cardoso tem um canavial em área de mananciais”, enfatizando que a questão não se restringe à técnica jornalística, mas aos seus conflitos e problemas éticos.

A categoria *De Olho na Imprensa* é a que se concentra na repercussão e na crítica de mídia especializada, com foco nos temas relacionados ao Agronegócio e aos conflitos no campo. Entre as principais críticas apresentadas, encontra-se o contraponto à propaganda veiculada na TV Globo “O Agro é pop”. O Observatório questiona a campanha da Globo, JBS e Ford iniciada em 2016 para promover o modelo que defende latifundiários e grandes empresas agropecuárias.

Em suas notícias comentadas, o observatório apresenta criticamente o conteúdo da propaganda, promove contra campanhas, como #OAgroNãoéPop, analisa as imagens veiculadas, apresenta contrapontos. Notícias de outros canais da imprensa hegemônica e contra hegemônica, como a Folha, o Estadão, o UOL e a Carta Capital também aparecem divulgadas e comentadas na categoria, além de fatos e narrativas relacionados à própria atividade do Observatório.

Ao comentar a notícia *Deputado tucano é condenado por fraude de R\$ 7 milhões da Marfrig no MT*, por exemplo, o observatório destaca que “a imprensa esconde nos títulos e demais chamadas a sigla PSDB; e o G1 chega a omitir do texto o nome da empresa envolvida no esquema”.

Avaliações e comentários positivos também fazem parte da crítica de mídia. A notícia *Le Monde repercute “apocalipse” dos assassinatos no campo no Brasil*, por exemplo, mostra que o jornal francês repercutiu os assassinatos no campo ocorridos no Brasil em 2016 e 2017, descrevendo militante do MST como “um brasileiro em guerra contra a voracidade dos grandes proprietários de terra”.

Na sessão, foram produzidas um total de quarenta notícias relacionadas à crítica de mídia, distribuídas em assuntos que classificamos entre os comentários dos lançamentos do próprio Observatório; notícias críticas da mídia hegemônica (com foco

⁶ Entrevista disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/2019/06/26/de-olho-nos-ruralistas-mostra-em-congresso-de-jornalistas-como-cobrir-o-agronegocio/>

no enquadramento da notícia dado pelas mídias); publicação comentada de notícias veiculadas por outras mídias (com foco nos temas/assuntos); e publicação comentada sobre conteúdos veiculados por outras mídias críticas ao agronegócio, conforme o quadro abaixo:

Temas e assuntos	Títulos e/ou descrição	Nº
Lançamentos do Observatório	<p>No dia da posse de Bolsonaro, observatório lança editoria De Olho na Resistência;</p> <p>Observatório lança, em Dourados, site De Olho no Mato Grosso do Sul;</p> <p>Agronegócio estrutura-se e chega em 2018 com estratégia de “um pé em cada canoa” (Série Presidenciais do Observatório);</p> <p>De Olho nos Ruralistas questiona O Agro é Pop em campanha: “Riquezas são diferentes”;</p> <p>De Olho nos Ruralistas lança canal no Instagram;</p> <p>De Olho nos Ruralistas sorteará livros todos os meses para os assinantes;</p> <p>De Olho nos Ruralistas lança campanha 2018/19 para aumentar equipe e ampliar cobertura eleitoral;</p> <p>Observatório lança, em português e espanhol, o site De Olho no Paraguai;</p> <p>Documentário “Sem Clima” é um dos 28 selecionados do Cine Agroecologia 2017, em Brasília;</p> <p>De Olho nos Ruralistas comemora um ano com debate sobre governo Temer;</p> <p>Cadastre-se para receber o boletim De Olho nos Retrocessos e ganhe acesso ao documentário “Sem Clima”;</p> <p>Pesquisadores dizem porque apoiam o De Olho nos Ruralistas;</p> <p>De Olho nos Ruralistas distribui boletins por uma semana para estimular assinaturas;</p> <p>De Olho nos Ruralistas faz twittaço na quarta-feira: “O Agro não é pop”;</p> <p>De Olho nos Ruralistas precisa de mil assinaturas para seguir até 2018.</p>	15
Críticas de mídia	<p>FHC, o Fazendeiro – Imprensa: cunhada de Jovelino Mineiro é casada com Richard Civita;</p> <p>FHC, o Fazendeiro – Imprensa: Jovelino Mineiro foi um dos fundadores do canal Terra Viva, da Band;</p> <p>“Agro é pop”: propaganda da Globo sobre cana tem imagens de escravos;</p> <p>João Peres e Alceu Castilho abrem hoje 1ª Oficina sobre Imprensa e Questão Agrária;</p> <p>Brasil de Fato e Rádio Yandê confirmam presença na oficina “O Agro é Pop?”;</p> <p>Transporte de grãos no Norte prejudica ribeirinhos; jornal preocupa-se com empresas;</p>	10

	<p>Máquina de cana mói trabalhador no ES; G1 define como “fatalidade”;</p> <p>Apresentadora da Record diz que índios têm de morrer de malária, sem remédios;</p> <p>Presidente do WWF tergiversa ao falar de empresas e do setor agrícola (em entrevista ao Valor);</p> <p>Deputado tucano é condenado por fraude de R\$ 7 milhões da Marfrig no MT (Imprensa esconde nos títulos e demais chamadas a sigla PSDB; o G1 omite do texto o nome da empresa envolvida no esquema)</p>	
Publicação comentada de outras mídias	<p>FHC, o Fazendeiro – Prefeitura de Botucatu pagou R\$ 5 por uma das fazendas da família (Carta Capital);</p> <p>Madeira diz que apreensão na Operação Pátio ocorreu por “diferenças burocráticas” (Estadão);</p> <p>Governo Temer atendeu 13 das 17 pautas prioritárias dos ruralistas, diz a Folha;</p> <p>Gasto com territórios quilombolas despensa para 25% do valor de 2014 (Folha de São Paulo);</p> <p>Governo do MS fornece carne podre para comunidades indígenas (imprensa local);</p> <p>Le Monde repercute “apocalipse” dos assassinatos no campo no Brasil;</p> <p>“Carne Fraca”: Record mostra que Osmar Serraglio protegia frigorífico;</p> <p>UOL mira no carnaval e descobre aumento de 58% das queimadas no Xingu;</p> <p>Valor: estatal chinesa tem quatro usinas em SP e planeja expansão;</p> <p>Estadão: Cosan quer a BR Distribuidora e mercado externo</p>	10
Outras mídias críticas ao Agronegócio - divulgação	<p>Aos 80 anos, amigo de Chico Mendes refunda “jornal das selvas” para denunciar governo Bolsonaro;</p> <p>Financiar imprensa alternativa é opção de resistência, dizem debatedores;</p> <p>‘De Olho’ está em relatório Abert sobre violência contra jornalistas em 2016;</p> <p>Agroecologia contribui para os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio, diz pesquisa (Farming Matters);</p> <p>Casal de camponeses é assassinado em Rondônia; LCP acusa latifundiários (Liga dos Camponeses Pobres).</p>	5

Inseridas em uma estrutura agrária extremamente concentrada, como demonstram os dados do Censo Agropecuário brasileiro de 2017, as mídias hegemônicas tendem a tratar com pouca ênfase ou profundidade a questão.

O Observatório *De Olho nos Ruralistas* pode ser considerado como um dispositivo social de crítica de mídia, uma vez que possui, entre os seus eixos temáticos,

a categoria *De Olho na Imprensa*, que realiza atividade de fala direta sobre a mídia, e não apenas sobre seus temas e conteúdos.

Além disso, no próprio fazer midiático e nos objetivos que levaram à sua criação, o Observatório se constitui como uma atividade social organizada de resposta. Reunindo em seu corpo editorial um grupo de jornalistas especializados na cobertura dos conflitos territoriais entre pequenos agricultores, Povos e Comunidades Tradicionais e o latifúndio, o Observatório constitui-se como iniciativa pioneira e necessária para enfrentar a temática do Agronegócio no Brasil. Representa reação, faz análise interpretativa, produz e assim complementa o que é disponibilizado ao público pelo subsistema de produção; além de exercer diretamente a crítica de mídia, ação de resposta social, aos conteúdos hegemonicamente apresentados.

A série especial Os Proprietários da Mídia no Brasil

Em uma série especial de nove reportagens, é realizada uma análise sobre a mídia brasileira, uma mídia⁷ “com alta concentração de propriedade e audiência, sob crescente controle religioso, com influentes afiliações políticas e guiada por interesses econômicos de grandes grupos”. O estudo conclui que falta transparência na propriedade e na distribuição da publicidade oficial, concentrada nos meios simpáticos às reformas do governo. Tudo isso “possibilitado por um marco regulatório antigo, permissivo e ineficaz”. A série apresenta os resultados do Monitoramento da Propriedade da Mídia, realizado pelo Intervozes, em parceria com a Organização Não Governamental Repórteres Sem Fronteiras.

A primeira das nove reportagens busca analisar a relação entre o Agronegócio e a mídia brasileira, demonstrando onde as duas monoculturas se conectam. A análise apresenta e relaciona os dados da concentração fundiária no Brasil, os objetivos da bancada ruralista em desestruturar direitos ambientais, o detalhamento do sistema produtivo de informação e sua relação omissa com os problemas do agronegócio, e faz uma análise crítica do desprezo da mídia à agroecologia brasileira, referência mundial, mas fora da cobertura nos meios tradicionais e hegemônicos.

O estudo conclui que a estrutura fundiária, marca da desigualdade no país, é defendida pelos meios de comunicação de massa por uma “monocultura de discursos”

⁷ <https://diplomatie.org.br/especial/proprietarios-da-midia-no-brasil/>

que possui duas razões principais que envolvem a própria regulação dos meios de comunicação e suas interfaces econômicas: a primeira razão, portanto, está na própria concentração da propriedade da mídia; e a segunda nas interferências econômicas, destacado o fato de que parte dos proprietários dos meios de comunicação de maior alcance no país possuem negócios no setor agropecuário.

O Coletivo Brasil de Comunicação Social Intervozes é uma organização que trabalha pela efetivação do direito humano à comunicação no Brasil, considerando-o indissociável do pleno exercício da cidadania e da democracia.

A publicação analisada constitui-se como um dispositivo social de crítica de mídia com foco no Agronegócio, tendo em vista que busca esclarecer as motivações políticas e econômicas que direcionam os enquadramentos e as escolhas narrativas e temáticas referentes ao assunto pelos meios de comunicação de massa. Essa avaliação auxilia, portanto, na criação de competências críticas nos usuários dos meios ao relacionar os conteúdos disponíveis à recepção levando-se em conta os marcos regulatórios, os dados de concentração da propriedade da mídia em relação com a concentração fundiária e os investimentos dos grandes veículos de comunicação em ações e atividades do agronegócio.

Breve conclusão

A importância das críticas de mídia com foco no Agronegócio apresentadas não chega a corrigir as distorções do sistema produtivo tradicional. Contudo, ao evidenciar as vozes marginalizadas no conflito e relacionar os pontos de vista expostos pela própria mídia hegemônica com seus interesses políticos e econômicos, auxilia a sociedade a produzir competências para a leitura crítica dos conteúdos midiáticos relacionados ao tema. Conclui-se, portanto, que as três produções analisadas se constituem como dispositivos sociais de crítica de mídia, como resposta social organizada pela sociedade em tensionamento, enfrentamento e correção dos processos e produtos midiáticos.

Também atuam criticamente na divulgação de outros conteúdos silenciados, enquadramentos distintos e compartilhamento comentado das notícias, gerando esclarecimento sobre a temática, complementando o sistema produtivo, qualificando a recepção, atuando como atividade social organizada *sobre* a mídia.

Desta forma, é capaz de contribuir para a criação de competências nos usuários dessas mídias e esclarecimentos de amplos aspectos que devem ser considerados nas

análises sobre episódios de violência no campo, concentração fundiária e conflitos de interesses relacionados à negação de direitos históricos aos Povos Indígenas do país.

Nesse último aspecto, sabemos que esclarecimentos quanto a importância ecológica, cultural e humana relativa aos modos de vida, epistemologias e escolhas de desenvolvimento reivindicadas pelos mais de trezentos Povos Indígenas que estabelecem relacionamento etnicamente diferenciado com o Estado brasileiro perpassam o enfrentamento discursivo em amplas e diferentes frentes. Em um cenário de histórico colonialismo epistêmico e invisibilidade, e avassalador avanço de fundamentalismos políticos e religiosos, descolonizar as mídias, trazer a pluralidade ao debate público e demonstrar os interesses que constroem os padrões das notícias é crucial para não se perder de vista uma reconciliação histórica que nunca iniciamos e que, a depender dos resultados do jogo político em ação, poderá enterrar o país para sempre em sua triste história de genocídio.

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, O.; NOBREGA, C. *Agronegócio e mídia brasileira: onde duas monoculturas se conectam*. Le Monde Diplomatique Brasil. Brasília –DF, 21 de janeiro de 2019. Especial Proprietários da Mídia no Brasil, disponível em <https://diplomatique.org.br/agronegocio-e-midia-brasileira-onde-duas-monoculturas-se-conectam/>. Acesso em 15/07/2019.

BRAGA, José Luiz. *A sociedade enfrenta sua mídia – dispositivos sociais de crítica midiática*. 1 ed. São Paulo: Paulus, 2006.

BRIGHENTI, Clovis Antonio. *Estrangeiros na própria terra: Presença Guarani e Estados Nacionais, Florianópolis/Chapecó*: Ed. UFSC/Argos, 2010.

EAGLETON, Terry. *Teoria da literatura: uma introdução*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

Observatório De Olho nos Ruralistas. Disponível em <https://deolhonosruralistas.com.br/>. Acesso em 15/07/2019.

QUIJANO, Aníbal. *Colonialidade do Poder, eurocentrismo e América Latina*. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005

Rede Social Mídia Índia. Disponível em <https://www.facebook.com/VozDosPovos/>. Acesso em 01/07/2019.

SILVA, G; SOARES, R. *A crítica de mídia nos estudos de comunicação*. ECA/USP, 2016. Disponível em <http://www3.eca.usp.br/sites/default/files/form/biblioteca/acervo/producao-academica/002788091.pdf>. Acesso em 01/07/2019.